

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional  
Disciplina: **Políticas de Imigração no Brasil** (código PRU 729)  
(optativa - mestrado e doutorado)

Professor: Helion Póvoa Neto

Período: 1º Semestre - 2º Bimestre 2019  
Carga horária: 40 horas  
Horário: sextas feiras, das 8:30 às 12:30

Ementa:

Recuperação histórica das políticas quanto a imigrantes, refugiados e estrangeiros, desde o século XIX, destacando os diferentes contextos, ênfases temáticas e objetivos do estado brasileiro em cada período

Objetivo:

Recuperar uma história das políticas de imigração no Brasil até o presente, entendendo tais políticas em sentido amplo, de modo a incluir aquelas voltadas aos processos de povoamento, de formação do mercado de trabalho, de recepção a refugiados e estrangeiros em geral, destacando as relações com os processos de urbanização e desenvolvimento regional, o contexto internacional, e destacando, ao longo dos períodos históricos analisados, os debates quanto a grupos nacionais e/ou étnicos, e as ênfases das políticas de estado

Apresentação:

Os estudos sobre políticas de imigração no Brasil, embora contem com literatura abundante e trabalhos de grande qualidade, podem ser caracterizados, no seu conjunto, como de natureza fragmentada, dificultando uma visão abrangente das políticas imigratórias no país. Existem algumas áreas de concentração nesta literatura disponível, que do ponto de vista histórico e cronológico privilegiam o período em que predomina uma política de estado ativa na atração de trabalhadores estrangeiros, especialmente de meados do século XIX até a Segunda Guerra. Parece haver também um privilégio às regiões que foram objeto mais claro desta política, especialmente o sul do país e o estado de São Paulo. A literatura existente enfatiza, ainda, a imigração dita econômica, voltada aos processos de povoamento e de formação do mercado de trabalho capitalista, embora analisando a recepção de refugiados e exilados nos casos de determinados grupos étnicos e nacionais.

O curso busca oferecer uma visão histórica abrangente das políticas de estado voltadas ao controle sobre o ingresso e o estabelecimento de imigrantes, refugiados e estrangeiros em geral no Brasil, atentando para as preferências oficiais quanto aos objetivos de política e os debates em torno de tais preferências, sempre dentro de cada contexto histórico analisado.

Existe a preocupação de contornar o problema dos "claros" na literatura disponível, deslocando o interesse rumo a processos e momentos com menor cobertura bibliográfica, como as políticas quanto a refugiados e as ações de estado no período posterior aos anos 1950. Assim mesmo, será mantida a análise das temáticas "clássicas" da literatura sobre políticas imigratórias no Brasil, assim como os períodos históricos já privilegiados, de modo a permitir uma visão sobre o período mais recente à luz das políticas anteriores.

O curso se deterá no período atual, apresentando criticamente os desdobramentos recentes das políticas brasileiras quanto a imigrantes, refugiados e estrangeiros em geral.

#### Programa e Bibliografia:

1ª aula: **Apresentação dos conteúdos e da dinâmica do curso**(17/05)

2ª aula: **Políticas de imigração e povoamento do território desde o século XIX**(24/05)

IOTTI, Luiza H. A política imigratória brasileira e sua legislação -1822 -1914. In: XX Encontro Regional de História: História e Liberdade, 2010, Franca. *Anais - XX Encontro Regional de História: História e Liberdade*. São Paulo, 2010.

OBERACKER JR., Carlos H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (dir.) *História Geral da Civilização Brasileira*, v. 2: O Brasil Monárquico. São Paulo: Difel, 1982, p. 220-244.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, n. 53, p. 117-149, mar./mai. 2002.

**3ª aula: "Braços para a lavoura", mercado de trabalho e industrialização (1870-1930)** (07/06)

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9ª ed. rev. amp. São Paulo: Contexto, 2010 [capítulo 2: "A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força de trabalho na economia cafeeira, 1880-1930", p. 95-114].

PAIVA, Odair da Cruz. *Breve história da Hospedaria de Imigrantes e da imigração para São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Memorial do Imigrante / Museu da Imigração, 2004. 56 p.

ROCHA, Simone. *Eugenia no Brasil: análise do discurso "científico" no Boletim de Eugenia: 1929-1933*. São Paulo, tese de doutorado em História da Ciência. USP, 2010 [capítulos 2 e 3].

**4ª aula: Políticas de restrição: imigrantes necessários, "indesejáveis" e nacionalismo na Era Vargas** (14/06)

GERALDO, Endrica. *A ameaça vem do Oriente – a imigração na Constituinte de 1933/34*. s.l.: s.n., s.d.

KOIFMAN, Fabio. *Imigrante ideal: O Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012. [capítulos 2 e 5]

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*, v. 3, n. 1, 1997, p. 95-131.

**5ª aula: O pós-guerra: acolhimento a refugiados e políticas de desenvolvimento(17/06) [aula de reposição]**

ANDRADE, J. H. Fischel de. O Brasil e a Organização Internacional para Refugiados (1946-1952). *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 48, p. 60-96, 2005.

APPLEYARD, Reginald. International migration policies: 1950-2000. *International Migration*, v. 39, n. 6, p. 7-20, 2001.

FACCHINETTI, Luciana. *Parla! O imigrante italiano do segundo pós-guerra e seus relatos*. São Paulo: Angellara, 2004 [capítulos 6, 7 e 8, p. 77-96; capítulos 15, 16 e 17, p. 137-160].

**6ª aula: Lei do Estrangeiro e medidas restritivas durante o período autoritário(28/06)**

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. ("Lei do Estrangeiro"). [com modificações posteriores].

KENICKE, Pedro Henrique Gallotti. *O Estatuto do Estrangeiro e a Lei de Migrações: entre a doutrina da segurança nacional e o desenvolvimento humano*. Dissertação de Mestrado em Direito do Estado. Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2016.

RADHAY, RachaelAnneliese. *Discurso e Poder na Política de Imigração Brasileira*. Tese de Doutorado em Linguística. Brasília: UNB, 2006. [capítulo 3: "A política de imigração brasileira – um olhar transversal", p. 79-105]

SPRANDEL, Marcia Anita. Migração e crime: a Lei 6.815, de 1980. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.*[online]. 2015, vol.23, n.45, pp. 145-168.

**7ª aula: "Novos estrangeiros", o Mercosul e o Brasil no contexto migratório internacional a partir dos anos 1990 (05/07)**

ALMEIDA, Paulo Sérgio de. Conselho Nacional de Imigração (CNIg): políticas de imigração e proteção ao trabalhador migrante ou refugiado. In: *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, v. 4, n. 4, p. 15-25, 2009.

BARALDI, Camila Bibiana Freitas. *Migrações internacionais, Direitos Humanos e cidadania sul-americana: o prisma do Brasil e da integração sul-americana*. Tese USP, 2014 [capítulo 2]

BLANCHETTE, Thaddeus Gregory. Como (não) se faz um brasileiro. *Travessia: revista do migrante*, v. 21, n. 60, jan. abr. 2008, p. 5-9.

JAEGER JUNIOR, Augusto. *Mercosul e a livre circulação de pessoas*. Dissertação de Mestrado em Direito. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1999 [capítulo 3: "Mercosul e a livre circulação de pessoas, p. 94-151].

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. *Direito de imigração. O Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos*. Porto Alegre: Núria Fabris, 2009 [capítulo 5.5: "A repartição de competências administrativas em matéria de migrações", p. 557-569; capítulo 5.8: "Políticas de migrações", p. 595-610].

VENTURA, Deisy, ILLES, Paulo. Estatuto do estrangeiro ou lei de imigração? *Le Monde Diplomatique Brasil*. Agosto de 2010, p. 14-15.

### **8ª aula: Políticas de imigração e refúgio no Brasil: debate e mudanças recentes(12/07)**

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017. Regulamenta a lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a lei de migração

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Belo Horizonte, v.34, n.1, p.171-179, jan./abr. 2017.

SILVA JUNIOR, Eraldo. Direito internacional dos refugiados no século XXI: desafios ao estado brasileiro. *Rev. secr. Trib. perm. revis.* Año5, Nº 10; Outubro 2017; p. 196 - 215.

VARELLA, Marcelo Dias et al. O caráter humanista da Lei de Migrações: avanços da Lei n. 13.445/2017 e os desafios da regulamentação. *Revista de Direito Internacional*. v. 14, n. 2, 2017, p. 254-266.